

Luta sem tréguas contra os ataques aos direitos.

*José Álvaro de Lima Cardoso.

O movimento social e sindical brasileiro irá travar, nos próximos 60 dias, algumas das batalhas mais importantes da sua história. Um dos maiores desafios será a luta para impedir a aprovação a contrarreforma da Previdência, até o final do mês de abril. O governo Temer não está economizando esforços para aprova-la, pois este é um dos compromissos assumidos no processo golpista. Estão enquadrando a base parlamentar e mobilizando todos os poderes, apelando, inclusive, para a repressão ao debate esclarecedor sobre o assunto. Recentemente a base do governo solicitou ao executivo, que interpele na justiça, ANFIP e DIEESE, pela divulgação de dados denunciando o massacre da reforma da previdência, feito através do estudo **Previdência: reformar para excluir?** Por outro lado, os parlamentares da base do governo que assinaram o pedido de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da reforma da Previdência, encaminhado pelo senador Paulo Paim, vêm sofrendo pressões para retirar suas assinaturas do requerimento.

É fundamental entender que a PEC 287/2016 é filha diletta do golpe desferido contra a democracia brasileira. Todas as premissas nos quais a proposta se baseia, são falsas e equivocadas. A proposta irá acabar com o direito à proteção na velhice exatamente para os segmentos mais fragilizados da população: idosos, agricultores pobres, crianças, mulheres, deficientes. Como lembrou o economista Eduardo Fagnani, a PEC, na prática, revoga no Brasil, o artigo 25 da declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, que prevê que “todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e à sua família saúde, bem-estar, inclusive alimentação, vestuário e habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis e direito à segurança em caso de desemprego, doença invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle”.

O objetivo da PEC é aproveitar a crise para o desmonte total das políticas públicas e dos instrumentos de ação do Estado. No caso da previdência o objetivo é privatizar. Há uma premissa por parte dos mentores da proposta de que os gastos sociais “obrigatórios” seriam a causa do desajuste fiscal. Trata-se de diminuí-los ao máximo. Ignora-se completamente que o problema fiscal tem natureza essencialmente financeira,

como consequência dos juros altos e das inconsistências do regime fiscal e macroeconômico. Não se faz referência aos gastos com juros sobre a dívida pública que, em 2015 (R\$ 502 bilhões), foram superiores aos gastos previdenciários (R\$ 486 bilhões); às desonerações tributárias que totalizaram R\$ 280 bilhões em 2015 (o governo federal abre mão de cerca de 20% das suas receitas); e ao fato de que anualmente o governo deixa de arrecadar cerca de R\$ 452 bilhões (2015), porque não há políticas eficazes de combate à sonegação fiscal. Aliás, é de um sarcasmo absoluto que os mentores do projeto que quer fazer os brasileiros trabalharem até os 75 anos ou 80 anos, tenham se aposentado jovens e com polpudos proventos: Temer (55 anos) R\$ 30.000; Eliseu Padilha (53): R\$ 19.300; Meirelles (55): R\$ 250.000,00 (sic).

Se a contrarreforma for aprovada irá quebrar a previdência no médio prazo, porque há grande risco de queda brutal da arrecadação da previdência. Os contribuintes, ao não vislumbrarem que poderão receber o benefício, irão desistir de contribuir ao longo do tempo. E quem vai ganhar com isso são os bancos, que irão vender mais fundos de previdência privada e outros produtos financeiros. Mas este não é um risco, é o objetivo da contrarreforma. Com a privatização as pessoas vão comprar planos privados de previdência, gerando um dos maiores mercados cativos do mundo para o setor financeiro. Não tem negócio melhor para os bancos. Com a reforma o recado é: quem não buscar os fundos de previdência complementar pode cair na pobreza. Somente no ano passado, com o burburinho de que a previdência iria quebrar, os bancos tiveram um aumento, de janeiro a outubro, de cerca de 21% na compra de fundos de previdência privada.

A batalha pela preservação da Previdência Social será uma das maiores da história dos trabalhadores no Brasil. Se perdermos, as consequências serão as mais dramáticas, para as atuais e futuras gerações. Mas os ataques vêm em várias frentes. O presidente da Câmara de Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou que irá colocar em votação, rapidamente, ainda no mês de março, o PL 4.302/98, enviado ainda pelo governo FHC, que libera a terceirização ampla e precariza as relações de trabalho. Segundo consta, o projeto regula a terceirização sem limites, o que significaria o fim do mercado de trabalho, tal como conhecemos hoje. Se aprovado pela Câmara Federal sem alterações, o texto irá direto à sanção do Executivo.

Com a Emenda da Morte (95) já em vigor, com a eventual aprovação da PEC 287, da reforma trabalhista, e da terceirização sem limites, presenciaremos a destruição da

malha de direitos trabalhistas atuais, conquistados à duríssimas penas, ao longo de 70 anos ou mais. Nos próximos meses, talvez como nunca, a dignidade e a coragem dos sindicatos e movimentos sociais terão que fazer a diferença. Não há outra saída a não ser o combate incessante ao ataque aos direitos.

*Economista.